

ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

## Afastado do julgamento, Alexandre Chivale está sob investigação da PGR por indícios de branqueamento de capitais

- No dia 23 de Agosto, Alexandre Chivale entrou para a tenda onde decorre o julgamento do escândalo financeiro das "dívidas ocultas" como o advogado com mais constituintes. Três ao todo: António Carlos do Rosário (antigo Director da Inteligência Económica do SISE), Maria Inês Moiane (antiga Secretária particular do Estadista Armando Guebuza) e Elias Moiane. Mas ao 33º dia do julgamento, Chivale foi afastado do Processo nº 18/2019-C pelo tribunal e saiu da tenda da Cadeia de Máxima Segurança (BO) como declarante.



O afastamento de Chivale foi requerido pelo Ministério Público sob a alegação de que o advogado era colaborador dos serviços secretos (SISE), condição que o colocava numa situação de conflito de interesses. Isto é, tendo vínculo com Estado, não pode patrocinar causas contra esse mesmo Estado. A Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) contestou a decisão do juiz Efigénio Bapstista, considerando-a ilegal e abusiva pois, no seu entender, a verificação de impedimentos dos seus membros cabe à própria instituição.

Enquanto tentava recompor-se do seu afastamento do julgamento e familiarizar-se com a sua condição de declarante no Processo nº 18/2019-C, a Procuradoria-Geral da República “soltou mais uma bomba” contra Alexandre Chivale. Segundo escreve o jornal Notícias na edição de terça-feira, 26 de Outubro, o Ministério Público abriu um processo autónomo contra o advogado por alegados indícios de branqueamento de capitais e ob-

strução à justiça.

O Ministério Público acredita que a Txopela Investments e a Ndandula Empreendimentos, empresas administradas por Alexandre Chivale, foram usadas para receber e branquear capitais e activos comprados com o dinheiro do grupo Privinvest, no interesse de António Carlos do Rosário. Além de administrador, Chivale é sócio maioritário (com 75%) da Ndandula Empreendimentos, empresa que faz a gestão de activos imobiliários apreendidos no âmbito do Processo nº 18/2019-C por terem sido comprados pela Txopela Investments com dinheiro transferido pelo grupo Privinvest.

Aliás, na qualidade de administrador da Txopela, Chivale ocupava um apartamento apreendido no Condomínio Deco Assos, localizado na Avenida da Marginal, Cidade de Maputo. Na semana passada, o juiz deu cinco dias ao advogado para abandonar o imóvel e entregar as respectivas chaves ao tribunal. Efigénio Baptista exonerou a Txopela Invest-

ments como fiel depositária dos outros apartamentos apreendidos e nomeou a Direcção Nacional do Património de Estado (do Ministério da Economia e Finanças) como fiel depositária.

Segundo o jornal Notícias, o Ministério Público diz que as viagens constantes de Chivale para o Líbano para encontrar-se com Jean Boustani e outros sócios do grupo Privinvest estão a obstruir as diligências em curso no âmbito das investigações do escândalo das “dívidas ocultas”. No primeiro dia do julgamento, foi o próprio advogado que anunciou que acabava de regressar de uma viagem a Líbano. Nas suas palavras, o objectivo das suas deslocações ao Líbano é encontrar-se com os donos da Txopela, que supostamente vivem naquele país asiático. Mas para o Ministério Público, a alegação de que os accionistas da Txopela são do Líbano é uma tentativa de afastar a ligação existente entre a empresa e o reu António Carlos do Rosário.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autora:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**CDD\_moz**  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PROGRAMMATIC PARTNER**

**FINANCING PARTNERS**

